

Conferências

Educação e Globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
da Universidade de Lisboa, 14 de Junho de 2007

BERNARD CHARLOT

A palavra Globalização passou a ser muito utilizada nos discursos sobre educação, às vezes de forma positiva — “na época da globalização tem que fazer isso...” — muitas vezes de forma negativa. No decorrer da História, o que se opunha à educação foi chamado de Diabo; nas décadas de 60 e 70, foi identificado como Reprodução; hoje em dia é simbolizado pela Globalização. Não estou dizendo que não devemos prestar atenção à globalização, muito menos que ela não traga problemas, mas que ao utilizar assim a palavra, misturam-se vários processos. Para se entender as relações entre Educação e Globalização, é preciso distinguir pelo menos quatro fenômenos, aqui enunciados e, a seguir, analisados.

Primeiro fenômeno: o fato de a educação ser pensada numa lógica econômica, fato esse que aconteceu nas décadas de 60 e 70, na época do Estado Desenvolvimentista, antes da globalização.

Segundo fenômeno: as novas lógicas socioeconômicas, que se impuseram na década de 80. As décadas de 60 e 70 levaram a uma crise. Essa “crise”, que, na verdade, foi uma mudança estrutural do capitalismo mundial, induziu, por um lado, novas lógicas econômicas e sociais e, por outro, uma aceleração da integração econômica internacional, designada como globalização. As lógicas da qualidade, da eficácia, da territorialização apareceram na década de 80, que foi também a década em que se desenvolveu a globalização, mas não nasceram desta. Não são filhas da globalização, são irmãs ou primas. É uma verdade que podem servir à globalização e ao neoliberalismo, mas podem também aprimorar um serviço público; de modo mais amplo, são lógicas de modernização.

Terceiro fenômeno: a própria globalização, integração entre as economias, e, portanto, entre as sociedades de vários países. Até agora, pouco incidiu sobre a educação, pelo menos em países como França ou Portugal; teve efeitos em países do sul, através do Fundo

Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Entretanto, poderia provocar uma verdadeira revolução na escola, inclusive em países como França e Portugal, se fosse finalizado o projeto de liberalização dos serviços que está em andamento na Organização Mundial do Comércio (OMC), com o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS).

Por fim, não se deve esquecer um quarto processo: o movimento que aceita a abertura mundial, sem por isso concordar com a lógica neoliberal da globalização. Poder-se-ia chamá-lo movimento para a solidarização da espécie humana. É um movimento desenvolvido pelos Fóruns Sociais Mundiais nascidos em Porto Alegre, inclusive o Fórum Mundial de Educação e, de outra forma, pelas Nações Unidas, com Educação Para Todos (EPT) e o programa do Milenário.

As datas dos processos podem variar. Ao dizer “isso aconteceu na década de 60, ou de 80”, está-se falando no tempo dos Estados Unidos, da Europa, do Japão, de países emergentes como Coreia do Sul, mas as datas podem ser outras em outros países. O que não varia é a existência de quatro fenômenos ou processos, que não devem ser confundidos, embora possam ser articulados em diversas formas.

AS DÉCADAS DE 60 E 70: A EDUCAÇÃO PENSADA NUMA LÓGICA ECONÔMICA

A maior mudança da escola na época contemporânea já ocorre nas décadas de 60 e 70 e, portanto, é anterior à globalização. Consiste em pensar a escola na lógica econômica e social do desenvolvimento. Antes da Segunda Guerra Mundial, o Estado, na sua relação com a educação, permanece um Estado Educador: pensa a educação em termos de construção da nação, paz social, inculcação de valores. A partir dos anos 50 e, sobretudo, 60, ele se torna Estado Desenvolvimentista: claramente (França, Japão, Coreia do Sul, Brasil, etc.)

ou de forma disfarçada (Estados Unidos), ele pilota o crescimento econômico e coloca a educação a serviço do desenvolvimento. Essa política encontra um amplo consenso social, por gerar novos empregos qualificados, que uma escolaridade mais longa permite ocupar e, portanto, por satisfazer as classes médias e despertar esperanças nas classes populares.

Do ponto de vista escolar, a ambição é construir a escola fundamental, escola de nove anos que começa aos seis anos e vai até os quinze. Prolonga-se a escolaridade obrigatória, abre-se o primeiro segmento do que era o ensino secundário e acontece uma massificação da escola, com efeitos de reprodução social, mas também de democratização. Aparecem novos problemas materiais e financeiros, muito difíceis de ser superados nos países do sul, a tal ponto que, nos países pobres, ainda não foi atingido o objetivo da escola fundamental para todos.

Surgem também novos problemas pedagógicos ao passo que ingressam no fim da escola fundamental novos tipos de alunos. Mas tem-se de tomar cuidado no que tange a esse assunto. Espalhou-se a idéia de que se abriu a escola para o povo, sem que mudasse a escola. Na verdade, muitas coisas mudam na década de 70. Transforma-se bastante a relação pedagógica: a forma como os alunos relacionam-se com os seus professores não tem nada a ver com o que acontecia na década de 50. Também os métodos de ensino e os livros didáticos mudam aos poucos. O que permanece igual é a chamada “forma escolar”, isto é, o tempo e o espaço da escola, o modo de distribuição dos alunos em séries/idades, os processos básicos do ato de ensino – aprendizagem.

Naquele momento da História em que a escola passa a ser percebida como elevador social, as questões do fracasso escolar, da desigualdade social face à escola e dentro da escola, da “igualdade de oportunidades” impõem-se, logicamente, como temas principais de debate sobre a escola. Não se fala da qualidade da escola, questiona-se a justiça da escola.

Também é nessa época que começa a se produzir o que, a meu ver, foi talvez o fenômeno mais importante: uma mudança da relação com o saber e a escola. Hoje em dia, para quê as crianças vão à escola? Para “passar de ano” e “ter um bom emprego mais tarde”. De certa forma, isso é realismo. Só que há cada vez mais alunos que vão à escola *apenas* para passar de ano e que nunca encontraram o saber como sentido, como atividade intelectual, como prazer. A idéia básica da teoria do capital humano, de que a educação é um capital que traz benefícios para a vida profissional, não é apenas uma idéia dos capitalistas, é também a idéia predominante na mente dos jornalistas, dos políticos, quer de esquerda, quer de direita, dos pais e dos próprios alunos. Assim cresce o descompasso entre o que a escola oferece e o que os alunos e os pais esperam dela e, portanto, aumentam as dificuldades dos docentes.

Já naquela época falavam, e ainda se fala hoje, de “crise da escola”. Na verdade, se fosse uma *crise*, já faria tempo que a doente estaria morta! Trata-se de outra coisa: a escola contemporânea é permeada por contradições estruturais. Enquanto a escola seleciona os seus alunos, ela vive numa situação de relativa paz; quando ela se abre a novos públicos escolares, ingressam também nela novas contradições sociais. Cada vez que acontece uma democratização numa parte da escola, essa parte entra em “crise”. Por minha parte, prefiro essa “crise” de uma escola democratizada à paz de uma escola elitista.

Essa configuração socioescolar não foi um efeito da globalização; nasceu num momento de crescimento econômico pilotado por um Estado nacional Desenvolvimentista, momento em que a educação e a escola também foram pensadas numa lógica de desenvolvimento. Na década de 80, esse Estado foi substituído pelo Estado Regulador, que remete também a lógicas econômicas, mas outras que não as dos anos 60 e 70. Ingressou-se na época da Qualidade e da Globalização.

DA DÉCADA DE 80 PARA CÁ: NOVAS LÓGICAS ECONÔMICAS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS

Já no final da década de 60 aparecem indícios de uma crise, a qual se torna ampla e evidente no final da década de 70. Ela leva a uma reestruturação do sistema capitalista internacional, chamada de globalização e, ainda, a novas lógicas socioeconômicas.

Quais essas novas lógicas? Em primeiro lugar, lógicas de qualidade, eficácia e diversificação. Face à concorrência nos mercados internos e internacionais, é preciso produzir mercadorias e serviços cada vez mais atraentes pela sua qualidade e seu preço, usando máquinas e processos cada vez mais eficazes — e caros. Em outras palavras, fazem-se necessários investimentos mais pesados e menos seguros, já que há o risco de que os concorrentes coloquem no mercado produtos ainda melhores e, assim, desvalorizem os investimentos feitos. A crise é, antes de tudo, uma crise de rentabilidade do capital, que coloca o desafio da produtividade. Para proteger os seus mercados e conquistar novos e, ainda, para evitar gastar dinheiro à toa com produtos impossíveis de ser vendidos, a empresa deve prestar atenção à qualidade do que ela produz e à eficácia dos seus processos de produção. Para tornar os seus produtos mais atraentes, ela deve, ainda, levar em conta os gostos dos clientes, a diversidade da demanda e, portanto, juntar produção em massa, que proporciona economias de escala, e diversificação do produto, que aumenta as chances de este ser vendido. Esse problema pode ser resolvido graças às novas tecnologias.

Em segundo lugar, essas novas lógicas levam a um recuo do Estado. Recua porque a concorrência entre empresas e a procura para mercados mais amplos in-

duzem fenômenos de concentração econômica e beneficiam multinacionais, que escapam ao poder dos estados nacionais. Recua, ainda, porque as novas lógicas impõem formas de descentralização e territorialização. Com efeito, toma-se consciência de que a melhora da qualidade, da eficácia, da produtividade e, também, a conquista de novos mercados, requerem um engajamento “local”. Quem sabe dos múltiplos pequenos problemas a serem resolvidos para melhorar a eficácia dos processos de produção e a qualidade dos produtos é quem participa diretamente da produção. Quem sabe quais os gostos e exigências dos clientes é quem vende o produto. Portanto, a sede da empresa deve delegar aos escalões locais decisões atinentes aos atos de produção e comercialização, reservando para si as decisões estratégicas.

Ao passo que se impõem novas lógicas socioeconômicas e se reduz o engajamento direto do Estado nos assuntos econômicos, diminuem as taxas de importação, abrem-se as fronteiras, estende-se a integração entre economias de vários países, integração essa que se realiza numa lógica neoliberal e que constitui a própria globalização. Muitas vezes, consideram-se as novas lógicas como sendo neoliberais. Não há dúvida de que condizem com a ideologia neoliberal, na medida em que o destaque na eficácia fornece um argumento a favor da concorrência generalizada. No entanto, não se pode sustentar a idéia de que eficácia e qualidade sejam em si mesmas exigências neoliberais. São também características de um serviço cujos usuários são bem atendidos, seja esse serviço comercial ou público. Quando se vai ver um médico, espera-se que ele seja eficaz e pratique uma medicina de qualidade; quando se leva a sua criança à escola, tem-se a expectativa de que ela receba um ensino de qualidade. Não se podem recusar as exigências de eficácia e qualidade, muito menos na sociedade moderna. O problema a ser debatido é outro: o que se entende por “eficácia” e “qualidade” e quais os critérios para avaliá-las? Além disso, ao estabelecer uma equivalência entre essas lógicas e o neoliberalismo, aceita-se a idéia de que não há eficácia e qualidade fora do neoliberalismo, o que, afinal de contas, contribui para impor a tese de que o neoliberalismo é a única forma possível para uma sociedade moderna. A meu ver, eficácia, qualidade, preocupação com a diversidade e com o contexto local remetem, antes de tudo, a lógicas de modernização, ainda que possam servir, e sirvam muitas vezes, ao neoliberalismo.

Essas lógicas, implantadas pelas empresas, são adotadas pelo próprio Estado. Este não desiste do seu objetivo, que continua sendo o desenvolvimento, mas ele renuncia à ação econômica direta e se dedica à regulação das normas fundamentais e à manutenção dos equilíbrios sociais básicos: o Estado Regulador substitui o Estado Desenvolvimentista. Essa mudança do Estado

não pode deixar de incidir sobre a escola, seja ela pública ou particular.

Em primeiro lugar, as novas lógicas requerem trabalhadores e consumidores mais formados e qualificados, quer para produzirem mercadorias ou serviços, quer para utilizá-los. Não se trata apenas de desenvolver competências técnicas novas, mas também de aumentar o nível de formação básica da população: o auto-atendimento nos bancos e nas estações de metrô, o uso da Internet, a compra de brinquedos eletrônicos para os seus filhos, até a escolha do seu hambúrguer por combinação de várias opções ou a faxina de escritórios cheios de conexões elétricas exigem modos de raciocínio outros que não os antigos. Por conseqüência, faz-se necessário ampliar a escolaridade obrigatória da maioria da população até o fim do ensino médio. Aliás, pais e alunos visam esse nível e até o do ensino superior, para melhorar a posição do jovem no mercado de trabalho.

A escola, portanto, há de encarar um novo desafio. Apesar de não ter resolvido ainda os problemas atinentes à generalização do ensino fundamental, ela deve acolher jovens de classe popular no que era a parte mais elitista do sistema escolar: do ensino médio até o superior.

Em segundo lugar, a escola deve levar em conta as novas lógicas na sua própria organização. Passa a ser interpelada sobre a sua qualidade e avaliada repetidamente. Deve elaborar projetos, celebrar contratos, firmar parcerias, colaborar cada vez mais com o meio local, etc. Essas lógicas novas atropelam o funcionamento tradicional da escola e a identidade dos seus professores. Poder-se-ia resumir o desafio novo a ser enfrentado pela escola e seus professores pelo seguinte constato. Outra, o professor era um funcionário público, cuja função era definida por textos oficiais. Bastava-lhe cumprir as exigências dos textos, em particular quando estava fiscalizado. Se os pais reclamassem dele, podia invocar aqueles textos e concluir que estava cumprindo as suas obrigações e fazendo o seu trabalho. Acabou essa época. Hoje o professor é considerado um profissional. O seu trabalho já não é, ou pelo menos não é apenas, cumprir tarefas predefinidas, é também, e antes de tudo, resolver os problemas. Pode inovar, pedir conselhos a quem quiser, mobilizar recursos locais, etc.: o que importa é que ele encontre um jeito para resolver os problemas na sua classe e entregue alunos bem sucedidos.

Mais uma vez, quero deixar claro que não estou denunciando essas lógicas. Gosto que os meus filhos tenham professores eficazes, ministrando um ensino de qualidade e sabendo resolver os problemas. O assunto é definir aquela eficácia, essa qualidade e determinar quais são os problemas a serem resolvidos. Qual o critério da qualidade? Ter boas notas? Passar de ano? Decorar conteúdos que foram memorizados sem terem sido compreendidos? Entender a vida, o seu relaciona-

mento com os outros e consigo mesmo? É esse debate que me parece fundamental quando é colocada a questão da qualidade da escola, debate esse que remete ao aprimoramento do ensino e à modernização da formação dos jovens e da própria escola. Infelizmente, hoje em dia, o argumento da qualidade da escola serve, sobretudo, para justificar a generalização da concorrência já nas primeiras séries do ensino fundamental, às vezes no ensino infantil. Em adendo, ao falar da qualidade da escola, muito se esqueceu o problema da desigualdade social face à escola e dentro da escola. Neste caso, as lógicas da eficácia e da qualidade ocultam, sim, lógicas neoliberais.

A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E SEUS EFEITOS ATUAIS E VIRTUAIS SOBRE A ESCOLA

O que é a globalização? Em se detendo ao próprio processo, sem incluir na definição suas conseqüências ou um julgamento de valor, a globalização é “a crescente integração das economias e das sociedades no mundo, devido aos fluxos maiores de bens, de serviços, de capital, de tecnologia e de idéias” (David Dollar, Diretor das Políticas de Desenvolvimento no Banco Mundial). Trata-se, antes de tudo, de um fenômeno econômico.

A globalização é definida em primeiro lugar pela abertura das fronteiras. Essa é negociada na Organização Mundial do Comércio (OMC), onde um país pode propor diminuir ou até suprimir as suas taxas de importação se os demais consentirem iguais esforços ou ofereçam compensações em outro domínio.

Essa abertura leva à diminuição do peso do Estado. O recuo deste é a conseqüência de três processos: a nova valorização do local, já analisada, a abertura das fronteiras no quadro da globalização e a constituição de blocos regionais, como a União Européia, o NAFTA (Canadá, México, Estados Unidos), o Mercosul, o Pacto Andino, a APEC (Ásia — Pacífico). Para os Europeus, a constituição da União Européia teve, até agora, mais conseqüências na área da educação do que a própria globalização, impulsionada pela OMC.

A globalização pode também ser definida pela circulação de fluxos e o desenvolvimento correlativo de empresas multinacionais. Essas existiam antes da globalização, mas se tornaram ainda mais potentes com a globalização e o recuo do Estado.

Nascida como fenômeno econômico, a globalização tornou-se também um fenômeno político. Com efeito, ampara-se na ideologia neoliberal do chamado “Consenso de Washington”, formulado pela primeira vez em 1989, por economistas do FMI, do Banco Mundial e do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, para definir a política a ser aplicada na América Latina. A idéia é de que a intensificação do comércio internacional, conforme a lei do mercado, definida pela oferta e a

demanda e, portanto, livrada das regulamentações estaduais, é a fonte do desenvolvimento, da riqueza para todos os países, do progresso econômico e social.

Na verdade, o que aconteceu até agora? Europa, Estados Unidos, Japão, países do sudeste asiático foram beneficiados pela abertura das fronteiras. Hoje, estão aproveitando dela alguns países neo-emergentes, como China, Índia, um pouco Rússia e Brasil. Mas não é o caso dos Países Menos Avançados (PMA), como chamam hoje os países pouco desenvolvidos economicamente. Segundo o Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD), a discrepância entre os 20% de seres humanos mais ricos e os 20% mais pobres foi multiplicada por 2,5 entre 1960 e 1997. Do ponto de vista econômico, o neoliberalismo resumido no Consenso de Washington beneficiou alguns países, mas não atendeu aos países mais pobres e, às vezes, prejudicou-os.

Qual é a relação de tudo isso com a escola?

Até agora, a própria globalização teve poucos efeitos sobre a escola. Surtiram efeitos, sobretudo, as novas lógicas da década de 80 e a progressão ideológica do neoliberalismo. Entretanto, a globalização produziu alguns efeitos dramáticos nos países do sul, através do FMI e do Banco Mundial. Por fim, ela poderia ter efeitos importantes através das negociações em andamento em Doha a respeito do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços. Já falei das novas lógicas dos anos 80. A seguir, dou algumas informações no que tange aos demais assuntos.

O neoliberalismo está progredindo na área da educação, como evidenciado por vários fenômenos.

Nos Estados Unidos, está sendo desenvolvido um dispositivo de *vouchers*. Alguns Estados locais, ou distritos escolares, já não financiam a escola, dão um *voucher* (cheque, passe, “vale”) aos pais, que o usam para pagar a escola, seja ela particular ou pública. O Banco Mundial já se disse interessado por esse dispositivo.

Também nos Estados Unidos, já existem empresas de *management* das escolas públicas. Empresas privadas são contratadas pelos Estados para dirigir escolas públicas, com a idéia de melhorar a eficácia das escolas.

Desenvolvem-se, ainda, em vários países, redes de escolas particulares. Assim, no Brasil, as pessoas da classe média escolarizam os seus filhos em escolas particulares. Os filhos de professores das escolas públicas não vão para escolas públicas, vão para escolas particulares. Estas baseiam a sua publicidade nos resultados do *vestibular*, concurso para entrar na universidade. Divulgados os resultados, vêem-se faixas penduradas na entrada de certos prédios, felicitando Fulano que entrou na universidade, com indicação, está claro, da escola em que estudou. Já existe no Brasil, e em outros países, um verdadeiro mercado da educação.

Crescem também, em particular no Japão e na Coreia do Sul, os cursos privados que recebem os jovens

depois da escola. Quem não frequenta esses cursos tem pouquíssimas chances de ingressar numa universidade.

Prosperam, ainda, os cursos de língua estrangeira, em especial os que ensinam o inglês ou, como dizem alguns especialistas de lingüística, o “globish”, isto é, o inglês usado nas trocas internacionais. Lá onde estou vivendo, em Aracaju, no nordeste brasileiro, é interessante comparar a Aliança Francesa e Cultura Inglesa. A Aliança Francesa acolhe os seus alunos num velho prédio, com pequenas salas tradicionais, pouco material, uma biblioteca de tipo tradicional. Cultura inglesa recebe-os num prédio moderno, com vidros grandes e todo o equipamento moderno. É a diferença entre aprender uma língua e entrar na competição internacional. Posto isso, se a Aliança Francesa tivesse equipamento moderno, não se tornaria neoliberal por isso, providenciaria aos seus alunos meios modernos de aprender uma língua...

Observa-se, igualmente, o ingresso de grandes multinacionais nas escolas. Coca-Cola, por exemplo, paga para a escola disponibilizar uma máquina distribuindo Coca-Cola. Nestlé envia material gratuito sobre o que é uma boa alimentação e Colgate interessa-se pela higiene dentária. Em plena neutralidade pedagógica, claro está... Vinte anos atrás, nem poderíamos pensar nisso. Hoje, há discussões na escola para saber se são práticas aceitáveis.

Note-se que não se trata mesmo da globalização, mas da progressão do neoliberalismo, mesmo que sejam atualmente dois fenômenos estreitamente ligados. Outros fenômenos estão se desenvolvendo, talvez mais perigosos por serem mais ambíguos: formas de hibridação entre lógicas de serviço público e lógicas neoliberais. Por exemplo, na França a concorrência está se desenvolvendo entre as escolas públicas, para enviarem os mais fracos para outras escolas e receberem os melhores. Também, dentro das escolas das periferias, muitas vezes há uma classe que vai receber os poucos filhos de classe média que continuam frequentando essa escola.

Para abordar os efeitos da própria globalização sobre a educação, é preciso falar das organizações internacionais: OCDE, FMI, Banco Mundial e OMC. Mas cuidado: uma organização internacional, na verdade, só tem o poder que lhe conferem os Estados que a sustentam. Às vezes, acha-se que é a organização internacional que decide. Ela toma decisões, claro, mas na lógica e, muitas vezes, conforme os interesses dos países que a mantêm, isto é, que a financiam. Atrás das organizações internacionais, é o poder do capital internacional que funciona. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) recebe 25% do seu orçamento dos Estados Unidos. No FMI, em 2005, os Estados Unidos tinham 17% dos votos, a França 5%, Arábia Saudita 3,2%, Índia 1,9%, Brasil 1,4%, Indonésia 1%. Juntos, Índia, Brasil e Indonésia, com quase

500 milhões de habitantes, têm menos peso no FMI do que a França, com 60 milhões. No Banco Mundial, o número de votos de cada país depende do capital que ele colocou no Banco. A organização mais democrática, apesar de ser muito criticada, é a OMC, onde cada país tem um voto. A OMC não tem poder de decisão. A sua função é organizar as discussões entre os vários países e são estes que celebram contratos. Contudo, a OMC tem um poder importante: depois de um convênio ter sido assinado, a OMC arbitra os conflitos e ela já decidiu a favor de países do sul, contra os Estados Unidos ou a União Européia.

Na área da educação, o lugar mais importante para os países ricos é a OCDE. É o *thinking tank*, como dizem os norte-americanos, isto é o reservatório para idéias. Saíram da OCDE a “reforma da matemática moderna”, a idéia e a própria expressão de “qualidade da educação”, a idéia de “economia do saber”, a de “formação ao longo de toda a vida”. A OCDE é o centro do pensamento neoliberal no que tange à educação. Não é de admirar-se disso quando se sabe que foi explicitamente criada para promover a economia de mercado.

Para os países mais pobres, as organizações importantes são o FMI e o Banco Mundial. São as chamadas organizações de Bretton Woods, em referência ao lugar onde foi pensada a reorganização da economia mundial, em 1944. A missão do FMI é evitar uma crise igual à de 1929. Para tanto, ele empresta dinheiro, a curto prazo, aos países com problemas financeiros. Para saber se esses países têm condições de reembolsá-lo e para ajudá-los a criar essas condições, O FMI estabelece com eles “planos de ajustamento estrutural”. Nestes, muitas vezes são feitos cortes nos orçamentos da saúde e da educação, que são gastos sem rentabilidade de curto prazo.

O Banco Mundial tem uma missão de combate à pobreza a longo prazo. Na verdade, é um grupo constituído pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) mais quatro organizações a ele associadas. É basicamente um banco, cuja função é emprestar dinheiro para amparar projetos de desenvolvimento, em particular na área da educação. Em 2004, 89 países tinham projetos financiados, pelo menos parcialmente, pelo Banco Mundial. No entanto, esse Banco não empresta dinheiro para qualquer projeto, claro está. Avalia os projetos que lhe são submetidos, de acordo com os seus próprios critérios e, também, dá conselhos aos países que pretendem ter projetos financiados. Tornou-se assim o principal consultor dos países do sul na área da educação. Ora, o Banco Mundial tem uma doutrina oficial. Pensa que a qualidade da educação é fundamental para lutar contra a pobreza, mas que não tem e nunca terá dinheiro público suficiente para desenvolver uma educação de qualidade. Daí o Banco Mundial conclui que é preciso dinheiro privado. Consi-

dera que os quatro ou cinco anos de educação primária incumbem ao Estado, mas que a educação secundária e superior deve ser paga pelos pais. Acha também que nos países pobres, em particular os da África, é preciso diminuir o salário dos professores, para reduzir a diferença entre o que eles ganham e a renda dos camponeses.

Quanto ao futuro, o assunto mais importante está sendo discutido na OMC. Após a Segunda Guerra Mundial, foram abertas negociações, chamadas de GATT, para baixar as taxas de importação e desenvolver o comércio internacional. No dia 1º de janeiro de 1995, foi criada a Organização Mundial do Comércio e assinado um Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS). O acordo prevê uma liberalização dos serviços em janeiro de 2005, após dez anos de discussões. No entanto, as negociações fracassaram em Seattle (1999) e Cancun (2003). Foram abertas novas discussões em Doha, as quais estão em andamento. As reuniões de Seattle e Cancun foram perturbadas pelas manifestações dos altermundialistas, opostos à globalização neoliberal. Contudo, não é essa a causa do fracasso das negociações; as dissensões dizem respeito à questão da agricultura. Estados Unidos e União Européia já obtiveram a liberalização de muitas mercadorias industriais e de alguns serviços (telecomunicações, aviação, serviços bancários) e estão pedindo a ampliação da liberalização dos serviços, mas continuam protegendo a sua agricultura com taxas de importação e subvenções aos seus agricultores. Liderados por Brasil, Índia e África do Sul, os países pobres ou emergentes, cujos principais produtos de exportação são agrícolas, exigem uma liberalização da agricultura em troca da liberalização dos serviços.

O que aconteceria com a educação se os serviços fossem liberalizados? Depende da interpretação do AGCS e dos resultados de negociações. O acordo contempla a educação, um dos doze setores pautados. Em princípio, os serviços públicos são protegidos quando remetem diretamente à soberania do Estado. No caso das Forças Armadas, a interpretação é clara; a situação, porém, é diferente quando se trata da educação, uma vez que já existem escolas privadas. Uma interpretação estrita do AGCS poderia até proibir ao Estado de conceder às escolas públicas um tratamento mais favorável do que aquele que iria dar às escolas privadas. Tal interpretação levaria à morte das escolas públicas: impossibilidade de financiar todas as escolas particulares, o Estado deveria renunciar às escolas públicas. Todavia, é apenas uma hipótese e os fatos já ocorridos são menos assustadores. Os pedidos de liberalização já depositados pelos Estados Unidos, a Austrália e a Nova Zelândia dizem respeito ao ensino superior, à formação dos adultos, aos cursos de língua e aos serviços de avaliação e não falam do ensino primário ou secundário. A lista de pedidos da União Européia, em 2003, nada diz sobre educação. Re-

sumidamente, existem riscos potenciais muito graves, mas, até agora, os ensinos primário e secundário não constam nos objetivos de liberalização. Os setores ameaçados são o ensino superior e a formação dos adultos.

Como já destacado, a globalização é, antes de tudo, um processo socioeconômico. Todavia, ela traz também conseqüências culturais, através do encontro entre culturas e do aparecimento e espalhamento de novas formas de expressão. Cabe destacar a miscigenação entre povos devido aos fenômenos de migração acrescida, a divulgação mundial de informações e imagens pela mídia audiovisual e a Internet, a ampla difusão de produtos culturais (filmes, novelas, séries televisuais, músicas), a generalização do uso do inglês ou de uma língua internacional baseada nele, em detrimento de outras línguas. As conseqüências culturais e até sociocognitivas desses fenômenos ainda são difíceis de serem avaliadas, mas não há dúvida de que constituem novos desafios a serem enfrentados pela escola.

Além destes fenômenos culturais, cabe destacar também que a globalização levanta a questão de um possível processo de solidarização entre os membros da espécie humana. Este é o ideal daqueles que aceitam a abertura das fronteiras, mas recusam a forma neoliberal da globalização.

OS ALTERMUNDIALISTAS E EDUCAÇÃO PARA TODOS: O DESAFIO DE UMA SOLIDARIZAÇÃO ENTRE OS MEMBROS DA ESPÉCIE HUMANA

Marx pensava que o capitalismo era um progresso em relação ao feudalismo. Não pretendia voltar atrás, para o feudalismo, mas ultrapassar o capitalismo e chegar ao que ele chamava de comunismo. Podemos raciocinar de igual modo perante a globalização. Não se trata de voltar atrás, de fechar de novo as fronteiras. Em primeiro lugar, porque seria muito difícil fazê-lo e isso geraria uma crise econômica mundial. Em segundo lugar, porque a globalização, apesar de todos os seus aspectos negativos, tem um efeito positivo: ela tende a criar uma interdependência entre os seres humanos e evidencia a necessidade de uma solidariedade entre os membros da espécie humana e o fato de o planeta Terra ser um bem comum. Não é a abertura das fronteiras que é um problema, é sim porque acontece na lógica do dinheiro e dos países mais fortes. O problema não é a globalização, é o neoliberalismo.

Hoje em dia há três posições perante a globalização.

Em primeiro lugar, a posição dos que querem manter a situação atual. Defendem suas vantagens, seus privilégios, seus poderes ou recusam a abertura das fronteiras por não aceitarem os migrantes e, de forma geral, a figura do Outro. Por esses motivos, o Frente Nacional, partido de extrema-direita na França, opõe-se à globalização com veemência.

A segunda posição consiste em aderir à atual globalização neoliberal, em nome da liberdade de iniciativa, da eficácia, da liberdade, da concorrência, etc.

Na terceira posição se encontra o movimento “altermundialista” (Fórum Mundial Social e Fórum Mundial da Educação, ATTAC, etc.), que recusa ao mesmo tempo o mundo atual e a globalização neoliberal e argumenta que “um outro mundo é possível”. Os altermundialistas defendem a idéia de solidarização dos membros da espécie humana e destes com o planeta Terra. Trata-se de acabar com a fome no mundo, proteger a saúde de todos, alfabetizar e educar todos os seres humanos, salvar o nosso planeta dos perigos que vêm crescendo.

O movimento altermundialista considera a educação como “um direito humano prioritário e inalienável para toda a vida”. Essa idéia de direito fundamental, de direito antropológico do ser humano, é que deve ser destacada. Não basta defender a escola como serviço público, já que, hoje, privatizam-se os serviços públicos. Só uma escola pública de qualidade, porém, pode garantir o direito de todos à educação. Portanto, os altermundialistas, ao mesmo tempo, defendem a escola pública contra o neoliberalismo e a privatização e exigem uma transformação profunda dessa escola, para que ela passe a ser um lugar de sentido, de prazer de aprender, de construção da igualdade social. Consideram que a escola deve tanto valorizar a dignidade de cada ser humano e a solidariedade entre os homens, como respeitar o que pode ser chamado de homodiversidade, em referência à expressão “biodiversidade”.

Cabe assinalar também o movimento internacional que levou ao atual “Programa do Milenário”. Em 1990, a Conferência Mundial de Jomtien definiu como objetivo universalizar o ensino primário e acabar com o analfabetismo no final do ano 2000. Nesta data, o Fórum de Dakar constatou que ainda tinha 113 milhões de crianças que não freqüentavam a escola primária (entre elas, 60% de meninas) e 880 milhões de analfabetos, em particular entre as mulheres. Foi reafirmado o objetivo de Educação Para Todos (EPT), a ser atingido, no mais tardar, no ano 2015, o que exige um esforço particular para escolarizar as meninas. Em 2002, uma Cimeira das Nações Unidas, definindo os Objetivos do Milenário para o Desenvolvimento, adotou as metas formuladas em Dakar no que tange à educação. Entretanto, já se sabe que, com o ritmo e o investimento atuais, esses objetivos não podem ser atingidos.

Por mais diferentes que sejam o movimento altermundialista e os programas das Nações Unidas, ambos esboçam um horizonte de solidariedade e de respeito aos direitos humanos fundamentais. Essa lógica se opõe à da globalização neoliberal. Entretanto, ambas as lógicas têm em comum a convicção de que o cenário da história humana, de agora em diante, é o próprio mundo. Talvez seja isso o principal evento do final do século

XX, com numerosas e profundas conseqüências no que diz respeito aos rumos que a cultura e a educação hão de tomar.

CONCLUSÃO

Quatro são os desafios que a escola há de enfrentar devido às evoluções da sociedade contemporânea.

Por essa ter-se dado como objetivo prioritário o desenvolvimento econômico e social, que requer um maior nível de formação da população, a escola deve resolver os problemas oriundos da democratização escolar. Entre esses problemas, cabe destacar o da nova relação com o saber: há cada vez mais alunos que vão à escola apenas para “passar de ano”, sem encontrar nela sentido nem prazer.

Por a sociedade contemporânea priorizar as lógicas de qualidade e eficácia, a escola deve atender a novas exigências. Essas não são em si abusivas, mas resta saber o que significam as palavras “qualidade” e “eficácia” quando referidas à escola. Pode esse sentido ser muito diferente numa lógica do diploma e da concorrência e num projeto de verdadeira formação para todos.

Por a sociedade contemporânea ser envolvida num processo de globalização neoliberal, a educação tende a ser considerada como uma mercadoria entre outras, num mercado “livre” onde prevalece a lei da oferta, de demanda e da concorrência. Em tal situação, a escola pública sofre numerosos ataques, que poderiam se tornar ainda piores quando as negociações de Doha sobre a aplicação do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços saírem do impasse atual.

Por o mundo ser hoje mais aberto e mais acessível nas suas várias partes e culturas, a escola há de encarar novos desafios culturais e educativos, decorrentes dos encontros entre as culturas, da divulgação mundial de informações e imagens e da ampla difusão de produtos culturais em língua inglesa. Entretanto, talvez o desafio seja até mais profundo: a interdependência crescente entre os homens, gerada pela globalização, e, ainda mais, o ideal de solidarização entre os seres humanos e entre estes e o planeta, permeando o altermundialismo, requerem uma nova dimensão da educação, em que se combinem uma sensibilidade universalista e o respeito à homodiversidade.

Há de encarar esses desafios uma escola que manteve a forma escolar estabilizada no século XVII, uma escola cujos conteúdos se sedimentaram no fim do século XIX e no início do século XX. O fato de o horizonte ser hoje o futuro da espécie humana e do planeta Terra e as novas tecnologias de divulgação da informação deveria levar a uma redefinição dos conteúdos e das formas de transmissão, de avaliação e de organização da escola. Não é isso, porém, que está acontecendo, muito pelo contrário. Com efeito, a lógica neoliberal da concorrência tende a reduzir a educação a uma mercadoria escolar

a ser rentabilizada no mercado dos empregos e das posições sociais e isso faz com que formas de aprendizagem mecânicas e superficiais, desconectadas do sentido do saber e de uma verdadeira atividade intelectual, tendam a predominar. Observa-se hoje uma contradição entre os novos horizontes antropológicos e técnicos da educação por um lado e, por outro, as suas formas efetivas. Atrás da contradição social se desenvolve uma contradição histórica: a sociedade globalizada trata o saber como um recurso econômico, mas requer homens globalizados instruídos, responsáveis e criativos. Talvez essa contradição seja um dos motores da História no século que acaba de abrir-se.

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, a 14 de Junho de 2007

BERNARD CHARLOT

Professor emérito em Ciências da Educação da Universidade de Paris 8 e, actualmente, Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (Aracaju, Brasil).

Charlot, Bernard (2007). Educação e Globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate. Texto da conferência proferida na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, a 14 de Junho de 2007. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 04, pp. 129-136. Consultado em [mês, ano] em <http://sisifo.fpce.ul.pt>